

---

# Uma Análise Comparativa da Responsabilidade Social Corporativa entre o Setor Bancário e outros no Brasil

Vicente Lima Crisóstomo<sup>1</sup>  
Fátima de Souza Freire<sup>2</sup>  
Patrícia Matias Soares<sup>3</sup>

---

•Artigo recebido em: 08/12/2012••Artigo aceito em: 28/01/2013

## Resumo

Este artigo objetiva estudar a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) nos bancos brasileiros comparativamente a empresas de outros setores, utilizando dados de ações sociais da empresa brasileira relativos ao período 1996-2008, fazendo uso de análise uni e multivariada. Os resultados de comparação de médias mostraram mais elevados índices de RSC em empresas do setor bancário relativamente aos demais segmentos. Estimando-se modelos de regressão linear, os resultados indicam que o fato de a empresa ser um banco (variável *dummy*) afeta positivamente a intensidade de RSC, controlando por outras variáveis explicativas apontadas pela literatura com possível poder de influência sobre a RSC (ROA, oportunidades de crescimento, tamanho). Analisando-se separadamente as distintas vertentes de ação social, verifica-se que a RSC interna, a mais forte da empresa brasileira, é bastante destacada no setor bancário, comparativamente a outras empresas, o que faz com que seu indicador de RSC total seja superior. No entanto, a situação inverte-se ao se analisar a ação ambiental que é superior para os demais setores.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Corporativa; Bancos; Brasil.

---

<sup>1</sup>Professor do Depto de Ciências Contábeis da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Ceará - Mestrado em Administração e Controladoria (PPAC). Doutor em Economia Financeira pela Universidade de Valladolid/Espanha - E-mail: vl@ufc.br - Endereço: Faculdade de Economia / Universidade Federal do Ceará - Depto de Ciências Contábeis - Av. da Universidade, 2486. CEP 60020-180 - Benfica - Fortaleza/Ceará/Brasil - Fone: +55 85 3366 7802 / 3366 7801

<sup>2</sup>Professora Associada do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, atuando no programa de pós-graduação multiinstitucional em Ciências Contábeis da UnB/UFRN/UFPB. Doutorado em Economia pela Université des Sciences Sociales Toulouse I.E-mail: ffreire@unb.br - Endereço: Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias. Prédio da FACE, s. B1-02, Campus Universitário Darcy Ribeiro Asa Norte 70910-900 - Brasília, DF - Brasil - Telefone: (61) 31070809 - Fax: (61) 31070800

<sup>3</sup>Bolsista FUNCAP/CNPQ de iniciação científica - E-mail: mucaryna@hotmail.com - Endereço: Faculdade de Economia / Universidade Federal do Ceará - Depto de Ciências Contábeis - Av. da Universidade, 2486. CEP 60020-180 - Benfica - Fortaleza/Ceará/Brasil - Fone: +55 85 3366 7802 / 3366 7801

---

# A Comparative Analysis of Corporate Social Responsibility between the Banking Sector and others in Brazil

---

## Abstract

This article presents a study on Corporate Social Responsibility (CSR) in Brazilian banks compared to companies in other industries, using data from the Brazilian company's social actions for the period 1996-2008, based on uni and multivariate analysis. The results on mean comparison showed higher levels of CSR in companies in the banking sector in relation to other segments. Estimating linear regression models the results indicate that the fact that the company is a bank (dummy variable) positively affects the intensity of RSC, controlling for other explanatory variables presented in literature with possible influence over CSR (ROA, growth opportunities, size). Analyzing separately the different strands of social action, one can observe that the internal CSR, the strongest in the Brazilian company, is quite prominent in the banking sector compared to other companies which leads to the superior CSR indicator in the banking segment. However, the situation is reversed when analyzing environmental action that is superior to firms from other sectors.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility; Banks; Brazil.

## 1. Introdução

Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está relacionada com as ações das empresas frente a uma conjuntura política, financeira, econômica e socioambiental. Envolve ainda um espectro de *stakeholders* mais abrangente que aqueles três elucidados pela Teoria da Agência, quais sejam, proprietários, gestores e credores (JENSEN; MECKLING, 1976). Nesse contexto, as empresas têm sido pressionadas, pelos novos

atores, tais como, empregados, clientes, sociedade em geral, ONGs e governos, que apresentam demandas e eventualmente surgem conflitos de interesses, além dos já trabalhados pela Teoria da Agência. Esse mais elevado número de *stakeholders* gera maior diversidade de interesses e eleva a complexidade do tratamento das relações entre empresa e a sociedade (FREEMAN, 1999; 2000; FREEMAN; PHILLIPS, 2002). A Teoria *stakeholder* preconiza que empresas passam a ser avaliadas não somente pelas métricas tradicionais, mas também pela forma como conseguem ser bem-sucedidas no relacionamento com esse elenco de distintos agentes (DONALDSON; PRESTON, 1995; FREEMAN; WICKS; PARMAR, 2004; JAMALI, 2008).

Em razão da relevância que a RSC tem alcançado, o processo estratégico de algumas empresas já passa a incorporar aspectos do seu relacionamento com o meio ambiente e diversos grupos, visando à legitimação de ações sociais corporativas, de melhoria da imagem e da reputação (McWILLIAMS; SIEGEL, 2001; MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004; COCHRAN, 2007; TILLING; TILT, 2010).

O aspecto setorial parece ter alguma interferência no grau de preocupação da empresa com ações sociais, conforme a literatura tem apontado alguns sinais (DAY; WOODWARD, 2009; MACHADO; MACHADO; SANTOS, 2010). Nesse sentido, é oportuna a realização de estudos específicos sobre a RSC no setor bancário no Brasil aprofundando e diversificando questões abordadas em pesquisas anteriores (GUIMARÃES FILHO; GOMES, 2010; IGARASHI, *et al.*, 2010). Crisóstomo, Freire e Vasconcellos (2011) encontram números que indicam o setor bancário com mais elevada RSC no Brasil. Algumas características desse setor podem ser mencionadas como relevantes relativamente à RSC, pois a atividade bancária tem grande poder econômico/financeiro e elevada capilaridade geográfica no país (GUIMARÃES FILHO; GOMES, 2010). O sistema bancário tem papel ainda mais relevante para a economia em mercados nos quais a atividade produtiva tem maior dependência de financiamento via sistema bancário que no mercado de capitais, como é o caso do Brasil (LEVINE, 2002; CRISÓSTOMO; LÓPEZ-

ITURRIAGA, 2011). Pérez e Del Bosque (2012) encontram resultados, indicando que os bancos estão integrando, cada dia mais, a RSC a sua estratégia de negócios. Pesquisando bancos espanhóis, Bravo, Matute e Pina (2012) verificam que tais empresas divulgam RSC com o objetivo de construir identidade associada à RSC e obter legitimação.

As supracitadas características do setor bancário, aliadas a seu baixo potencial de impacto ambiental, permitem que empresas desse setor tenham mais flexibilidade para a realização de ação social que lhes dê mais visibilidade comparativamente a outros setores. Este trabalho tem como objetivo analisar a Responsabilidade Social Corporativa nas empresas do setor bancário no Brasil comparativamente a empresas de outros ramos de atividade econômica.

Além desta introdução, quatro seções compõem este trabalho. A seção 2 relata a revisão de literatura relativa à RSC e o setor bancário e propõe as hipóteses de pesquisa. A metodologia de trabalho é apresentada na seção 3. Os resultados são abordados e analisados na seção 4. Por fim, conclusões do trabalho são apresentadas na última seção.

## **2. Responsabilidade Social Corporativa, Bancos e Hipóteses**

### **2.1 Responsabilidade Social Corporativa**

Aspectos conceituais da RSC têm sido amplamente abordados na literatura nacional e internacional (CARROLL, 1991; 1999; REIS; MEDEIROS, 2007; DAHLSTRUD, 2008). Nesse enfoque conceitual, distintas propostas têm sido apresentadas para caracterizar a RSC, embora não haja divergências entre elas como pesquisado por Dahlsrud (2008). De fato, há, sim, alguma convergência no sentido de considerar-se a RSC como a integração entre preocupações sociais e ambientais e a operação e estratégia corporativa. Distintas dimensões têm sido vislumbradas para a RSC, como consideradas, por exemplo, a dimensão econômica, filantrópica, ética, legal, voluntariedade e ambiental.

Levando em consideração a relevância que tem sido dada à RSC no meio acadêmico e, também, no meio empresarial, distintas iniciativas têm surgido com o intuito de estimular a RSC das empresas. Nesse contexto, há tentativas de estabelecimento de recomendações para tais práticas, como também sugestões de suas formas de divulgação e de avaliações de RSC de empresas. A *Global Report Initiative* (GRI) é um exemplo nesse sentido. No Brasil, o instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) têm também desenvolvido trabalhos nessa área.

A importância da RSC, aliada à necessidade de mais controle sobre tais atividades e sua divulgação, levou a ISO (*Internacional Organization for Standardization*) a elaborar um guia de normatização, ou padronização, internacional com orientações sobre a prática de responsabilidade social e maneiras de integrar um comportamento socialmente responsável na gestão de uma empresa (ISO 26000, 2009). A ISO 26000 estabelece orientações sobre a prática de responsabilidade social e maneiras de integrar um comportamento socialmente responsável com a gestão de uma empresa e, adicionalmente, propõe uma definição sobre Responsabilidade Social ao defini-la como “Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que: (i) contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e bem-estar da sociedade; (ii) leve em consideração as expectativas das partes interessadas; (iii) esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; (iv) esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.” O espírito do documento ISO 26000 é a recomendação de princípios para a prática adequada de Responsabilidade Social Corporativa nas empresas com o objetivo de melhorar a contribuição para o desenvolvimento sustentável, conforme atitudes, normas, diretrizes e comportamentos que respeitem uma conduta moral e ética.

Em 1993, o sociólogo Herbert de Souza e o IBASE desenvolveram a campanha “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, que apresentava como objetivo primordial o combate à fome. Isto mobilizou

diversas instituições privadas e públicas a participarem de uma ação a favor da sociedade; a título de exemplo, pode-se citar a Fundação Abrinq, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Petrobras, Banco do Brasil, Furnas Centrais Elétricas e Caixa Econômica Federal. Segundo o IBASE, esta ideia incentivou a própria instituição, e Herbert de Souza, com a participação de uma equipe técnica de pesquisadores e representantes de entidades públicas e privadas, a elaborar um modelo de Balanço Social (IBASE, 2008). Esta iniciativa contou com o apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e originou uma nova campanha, em 1997, com o propósito de despertar o interesse empresarial de realizar balanços sociais anuais conforme um modelo adequado.

## 2.2 RSC e Bancos

A RSC de um banco pode estar direcionada, como em outras empresas, a ações internas, relativas ao tratamento dado a seus empregados; ações externas, aquelas relativas a benefícios direcionados a públicos externos à organização; e ações relativas ao meio ambiente, quando a empresa desenvolve projetos destinados a contribuir para a preservação ambiental (IBASE, 2008; CRISÓSTOMO; FREIRE; VASCONCELLOS, 2011).

No momento atual, Pérez e Del Bosque (2012) consideram que a perspectiva de RSC dos bancos está além do senso comum de que RSC seja um sinônimo de ação social ou filantropia, indicando que o setor tem dado relevo à questão. O papel natural de um banco como agente intermediador entre investidores e aqueles que demandam recursos para executar projetos de investimento também pode ser considerado como tendo importante conotação social. Nesse contexto, alguns estudos demonstram que bancos internacionais realizam empréstimos para a execução de projetos promotores de desenvolvimento em nações subdesenvolvidas com o intuito de fomentar a melhoria das condições de vida de populações desses países (CORPORATE RESPONSIBILITY COALITION, 2005; GOSS; ROBERTS, 2011). Por algum tempo, ban-

cos envolvidos no financiamento de projetos buscaram formas de avaliar e gerir os riscos sociais e ambientais associados às atividades de investimento para evitar o uso indevido de recursos, como também sua utilização em projetos de investimento nocivos ao meio ambiente. O ponto inicial dos chamados “Princípios do Equador” foi uma reunião promovida, em outubro de 2002, em Londres, pelo *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, contando com a presença de quatro bancos internacionais (ABN Amro, Barclays, Citi and WestLB). Os bancos presentes concordaram com a adoção de um marco de política social e ambiental já conhecido e testado pelo IFC em mercados emergentes. Em 2003, esses paradigmas (dos chamados “Princípios do Equador”) foram lançados e adotados por 10 dos maiores bancos que trabalhavam com financiamento internacional. Os princípios incluíam políticas de segurança social e ambiental do IFC. O objetivo da adoção dos chamados “Princípios do Equador” é garantir a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental, como também obter-se positivos impactos sociais dos empreendimentos.

A proposição de critérios adicionais para avaliação de projetos de investimento advinda dos “Princípios do Equador” foi um fato marcante que destacou uma forma adicional de Responsabilidade Social praticada por instituições financeiras (MARQUES; HACON; VINHA, 2005).

No Brasil, há alusão direta à RSC de empresas bancárias na Constituição. O art. 192 da Constituição Federal de 1988 estipula que a finalidade de instituições financeiras não está ligada somente à lucratividade, mas também ao desenvolvimento social e sustentável do país como um todo:

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

A FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos) considera como marco inicial da Responsabilidade Social, no setor bancário, a publicação do livro *The Limits to Growth* (MEADOWS *et al.*, 1972), que, em 1972, concretizou o debate entre a evolução tecnológica e as características do ambientalismo moderno (CORAZZA, 2005). Nesse mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo com a participação de 113 países, trouxe para o debate a necessidade da adoção de princípios e orientações a respeito da preservação e desenvolvimento humano.

Com intuito de colaborar com o processo de Responsabilidade Social no país, o Governo brasileiro, em 1974, criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) com o propósito de auxiliar no combate de crimes e irregularidades ambientais. A SEMA foi sucedida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que realiza, além de atribuições inerentes à antiga SEMA, a execução da política nacional de meio ambiente (Lei 7.735/1989).

Em 1975, a UNESCO promove, em Belgrado, um encontro de 65 países que deu origem ao Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), o qual, segundo o *site* do Ministério da Educação do Brasil, norteou os seguintes princípios básicos: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

Estes parâmetros preliminares geraram uma mudança de conscientização, não somente do Sistema Financeiro, como também da sociedade, dos Governos e de instituições públicas e privadas, originando fatores relevantes, os quais trouxeram uma melhor percepção ambiental e social globalizada, como o capítulo referente ao meio ambiente da Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, e a reunião de 38 países no ano de 1997, em Kyoto, para fixar metas de diminuição dos gases de efeito estufa.

A FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) criou, em 2002, a Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade com a finali-



dade de promover a adequação das instituições financeiras brasileiras aos princípios do *Global Report Initiative* (GRI). A criação de uma comissão específica para preocupar-se com a RSC no setor demonstra o relevo que o mesmo tem dado à questão da RSC. A partir de então, de forma mais contundente, o setor bancário passa a considerar a proposta da GRI de incorporação de indicadores de sustentabilidade aos relatórios de divulgação das atividades empresariais. Dessa forma, a nova comissão estimula a elaboração de relatórios sobre as dimensões econômica, ambiental e social dos bancos, fazendo associação com as suas atividades, produtos e serviços como forma de demonstrar as ações relativas à RSC dos bancos e também da FEBRABAN (VENTURA, 2005).

A Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN tem como missão difundir a ideia a respeito do desenvolvimento sustentável dentro do setor financeiro nacional. A FEBRABAN declara alguns objetivos em relação à Responsabilidade Social Corporativa:

- “- Estimular a inserção das questões de desenvolvimento sustentável no âmbito da FEBRABAN, incluindo as demais comissões;
- Contribuir para que a FEBRABAN transmita à sociedade o papel e a atuação do sistema financeiro para o desenvolvimento econômico e socioambiental do país;
- Representar a FEBRABAN perante fóruns e entidades que discutem temas de desenvolvimento sustentável, particularmente nos âmbitos social e ambiental;
- Promover a troca de experiências relacionadas ao desenvolvimento sustentável entre os associados e desenvolver possíveis ações conjuntas;
- Desenvolver e implementar políticas e práticas de investimento social da FEBRABAN.”

Esta preocupação crescente do setor bancário brasileiro a respeito da RSC motiva a realização de pesquisas no setor, no sentido de averiguar se tal preocupação da FEBRABAN tem-se traduzido em ação social efetiva por parte de empresas bancárias.

Recentemente, em sintonia com os “Princípios do Equador”, algumas propostas vêm sendo apresentadas relativas à aplicabilidade de determinados parâmetros sociais e ambientais como critério de análise para investimentos e oferta de crédito (MOTTA; PAIVA, 2011a; 2011b). Este rigor adicional na avaliação de projetos de investimento por parte dos bancos está em linha com uma conduta ética que os bancos podem ter em suas atividades comerciais ao atender o público e orientar atividades de negócios com a preocupação social. Com o objetivo de considerar essa prerrogativa, deve-se atentar a determinadas ações necessárias no campo socioambiental: influenciar ações sociais de controladas e coligadas; realizar ações preventivas contra manipulação de recursos para atividades prejudiciais à sociedade como o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro; e exigir critérios de responsabilidade social para a concessão de empréstimos e financiamentos a clientes.

Trabalhos anteriores mostram que o setor bancário brasileiro, de fato, está empreendendo ações de Responsabilidade Social (GOMES; SOUZA, 2010). Esses autores verificam um crescimento promissor da política de investimentos sociais e ambientais dos bancos no Brasil, os quais, na sua óptica, acompanham a evolução de indicadores econômico-financeiros no Brasil. Também, está-se observando uma preferência de divulgação de dados de RSC no setor bancário, seguindo diretrizes de entidades externas especializadas como o *Global Reporting Initiative* (GRI), em detrimento somente de publicações isoladas em formatos próprios da empresa (IGARASHI *et al.*, 2010).

No Brasil, merece menção a preocupação em discutir sobre uma orientação mais concreta a respeito da RSC, o que pode ser atestado pela publicação do Edital de Audiência Pública nº 41 de 13 de Junho de 2012 dispondo sobre a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O documento destaca que o sistema financeiro tem incorporado a preocupação com a RSC, em sintonia com a importância dada ao tema pela sociedade e agentes econômicos, e chama a atenção para a necessidade de observância a um conjunto de diretrizes e objeti-

vos para implementar-se a política de responsabilidade socioambiental, entre eles: (i) os impactos socioambientais de serviços e produtos financeiros; (ii) a oferta de serviços e produtos financeiros adequados às necessidades dos clientes e dos usuários; (iii) o relacionamento com os clientes e usuários, incluindo ações no sentido de prover melhores condições para a tomada de decisão em relação à contratação e à utilização de serviços e produtos financeiros, bem como adequada estrutura para resolução de conflitos; (iv) os riscos e as oportunidades em relação às mudanças climáticas e à biodiversidade; (v) o gerenciamento do risco socioambiental; e (vi) as condições para viabilizar a participação e o engajamento das partes interessadas no processo de execução da política estabelecida. O documento recomenda que ações de RSC executadas por instituições financeiras no Brasil devem observar estas diretrizes e propõe a regulação do relatório de responsabilidade socioambiental que é considerada como prática relevante de uma política de RSC, uma vez que representa a efetiva prestação de contas aos *stakeholders*.

### 2.3 Hipótese

Trabalhos anteriores apresentam a Responsabilidade Social Corporativa nos bancos de forma promissora com crescimento evolutivo e gradual a cada ano, como mostrado em balanços sociais divulgados no site da FEBRABAN, que, a partir de 2002, vem comprometendo-se a influenciar e disseminar a ideia de RSC nos Bancos. Mais recentemente, audiência pública do Banco Central chama a atenção das instituições financeiras para a questão da RSC.

Diante deste contexto, este trabalho propõe-se a analisar a RSC, em suas três vertentes específicas (Índice de Desempenho Social Corporativo como um todo, Índice Relativo à Ação Social Interna, Índice Relativo à Ação Social Externa e Índice Relativo à Ação Ambiental) das empresas brasileiras, e, comparativamente, entre o setor bancário e os demais. A movimentação internacional, associada ao setor financeiro, conjuntamente com o quadro nacional que estimula o setor bancário

a preocupar-se com RSC, motiva a proposição de uma hipótese de pesquisa de que o setor bancário tem mais elevada RSC, comparativamente a outros setores.

Hipótese 1: A RSC dos bancos é superior àquela de empresas de outros setores.

### **3. Amostra, Variáveis e Metodologia**

#### **3.1 Amostra**

As dificuldades para a mensuração de RSC têm sido frequentemente comentadas na literatura, o que tem ocasionado o uso de grande diversidade de medidas (MARGOLIS; WALSH, 2003; ORLITZKY; SCHMIDT; RYNES, 2003), sendo esta uma restrição talvez mais aguda em economias menos avançadas nas quais essa questão não tem sido vista com mesma atenção como em mercados desenvolvidos. No Brasil, as empresas não são obrigadas a divulgar suas ações de RSC. As iniciativas de fazê-lo são individuais, contando, às vezes, com o estímulo de organismos externos que sugerem essa prática, bem como formatos de relatórios para divulgação de atividades. Neste trabalho, utilizamos dados de RSC divulgados pelas empresas brasileiras por meio do modelo de Balanço Social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Utilizou-se uma amostra composta por 1.199 observações anuais de empresas no período 1996-2008. Dados financeiros foram obtidos do sistema Economatica.

#### **3.2 Variáveis**

Para a análise da Responsabilidade Social Corporativa, foram calculados índices de RSC correspondentes à relação entre o valor gasto em responsabilidade social e a receita líquida, como em trabalhos anteriores (FREY; SILVEIRA FILHO, 2003; MACHADO; MACHADO; SANTOS, 2010; CRISÓSTOMO; FREIRE; VASCONCELLOS, 2011). Visando uma avaliação mais detalhada, criou-se um índice geral de RSC e um índice específico para cada vertente de ação social corporativa: interna, externa ou ambiental.

O Índice de Desempenho Social Corporativo (IDSC) corresponde à relação entre o total de gastos em ação social e a receita. O Índice Relativo à Ação Social Interna (IINT) representa esta relação tendo o total de gastos com ação social interna no numerador. A relação entre total de gastos com ação social externa representa o Índice de Ação Social Externa (ISE). E o Índice de Ação Ambiental (IAMB) é percentual dos gastos com ação ambiental relativamente à receita líquida da empresa.

O Balanço Social do IBASE é composto por 43 indicadores quantitativos e oito qualitativos distribuídos em sete secções, as quais são detalhadas no Quadro 1. A forma desse demonstrativo objetivava construir um documento com capacidade de permitir a comparabilidade evolutiva periódica anual e publicar, de forma transparente, os investimentos realizados pelas empresas relacionados com atividades socioambientais.

### Quadro 1 - Características principais do Balanço Social elaborado pelo IBASE

Categoria	Característica
Base de Cálculo	A receita líquida, o resultado operacional e a folha de pagamento bruta são utilizados para base de cálculo percentual, visualizando a grandeza representativa de cada informação para a empresa.
Indicadores Sociais Internos	Demonstra os investimentos internos destinados a beneficiar o corpo funcional da empresa, sendo voluntários ou não.
Indicadores Sociais Externos	Compreende os investimentos voluntários encaminhados ao ambiente externo da empresa, com exceção dos ambientais.
Indicadores Ambientais	Apresenta os investimentos utilizados para amenizar impactos ambientais, bem como melhorar a qualidade ambiental.
Indicadores do com Corpo Funcional	Verifica a estrutura e a forma do relacionamento da empresa os trabalhadores.
Informações sobre o exercício da cidadania empresarial	Geralmente, são indicadores qualitativos que apresentam a interação da empresa com diversos <i>stakeholders</i> .
Outras informações	Informações complementares que são relevantes a Responsabilidade Social Corporativa.

Fonte: Adaptado do IBASE (2008)

Um conjunto de fatores que tem sido elencado como capaz de influenciar a RSC é, também, utilizado neste trabalho em modelos econométricos, que objetivam avaliar o efeito positivo do setor bancário sobre a RSC. O desempenho da empresa é aproximado pelo retorno dos ativos (ROA), conforme a tendência da literatura sobre RSC, apesar da ausência de um consenso (GRIFFIN; MAHON, 1997; WADDOCK; GRAVES, 1997; BARON; HARJOTO; JO, 2009). O tamanho, o risco e o setor da empresa têm sido apontados como fatores influenciadores da RSC (ULLMAN, 1985; GRIFFIN; MAHON, 1997; HUSTED; ALLEN, 2007). O tamanho da empresa tem sido apontado como capaz de interferir na RSC sob a argumentação de que empresas maiores teriam mais capacidade de serem mais ativas na ação social. Esta pesquisa adota o *log* do total de ativos como aproximação para o tamanho da empresa (TAM) como é comum na literatura. Seguindo trabalhos prévios relevantes, usamos o endividamento como *proxy* para tolerância da direção ao risco (WADDOCK; GRAVES, 1997; SURROCA; TRIBÓ et al., 2010). A argumentação é que quanto mais elevado o endividamento mais compromisso a empresa tem com o serviço da dívida frente a credores, e menos flexibilidade terá para empreender ações não diretamente ligadas à sua atividade principal, como é o caso de ações de RSC. Este trabalho adota o endividamento (ENDIV), medido pelo quociente entre dívida total e ativo total. Mais recentemente, as oportunidades de crescimento (OPCRESC) têm sido também apontadas como um fator que pode interferir na RSC pelo fato de empresas com mais oportunidades de crescimento possam vir a priorizar a maximização destas em detrimento de ações de RSC. As oportunidades de crescimento são aproximadas pelo Q de Tobin, definido como a razão entre o valor de mercado da empresa e seu valor contábil. O valor de mercado da empresa corresponde à soma do valor de mercado e o endividamento como é comum na literatura (DOWELL; HART; YEUNG, 2000; VILLALONGA; AMIT, 2006).

### 3.3 Metodologia

Para contrastar a hipótese de pesquisa proposta, realiza-se o teste de comparação de médias entre empresas não financeiras e bancos, e, adicionalmente, estimam-se modelos de regressão linear que têm o índice de intensidade de RSC como variável dependente e o conjunto de variáveis, supracitadas, como capazes de influenciar na intensidade da RSC. Uma variável *dummy* de setor bancário (DSBCO) é utilizada para avaliar se a interferência positiva que este setor tem sobre a RSC conforme proposto como hipótese de pesquisa. Os modelos estimados estão apresentados nas equações (1) e (2), a seguir:

$$\text{IND\_RSC}_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \text{DSBCO}_{i,t} + \beta_2 \text{OPCRESC}_{i,t} + \beta_3 \text{TAM}_{i,t} + \beta_4 \text{ROA}_{i,t} + u \quad (1)$$

$$\text{IND\_RSC}_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \text{DSBCO}_{i,t} + \beta_2 \text{OPCRESC}_{i,t} + \beta_3 \text{TAM}_{i,t} + \beta_4 \text{ENDIV}_{i,t} + \beta_5 \text{ROA}_{i,t} + u \quad (2)$$

IND\_RSC é o índice de RSC calculado anualmente para cada empresa. De fato, são feitas quatro estimações para cada um dos modelos (1) e (2). A primeira estimação tem o índice de RSC total (IDSC) como variável dependente. A segunda estimação tem o Índice Relativo à Ação Social Interna (IINT) como variável dependente. A terceira estimação tem o IEXT (Índice de Ação Social Externa) como variável dependente. Por fim, o Índice de Ação Ambiental (IAMB) é a variável dependente na quarta estimação.

A diferença entre as equações (1) e (2) reside na variável endividamento (ENDIV). Considerando a não completa adequação desta variável para empresas bancárias, devido a grandes diferenças em termos de estrutura de capital de empresas bancárias e não financeiras, o modelo da equação (1) é proposto sem esta variável que está presente no modelo da equação (2).

## 4. Resultados

Os valores descritivos apresentados na Tabela 1 são referentes às variáveis de índices de RSC para toda a amostra (Tabela 1, painel A), e segmentada por bancos (72 observações anuais) (Tabela 1, painel B) e empresas não financeiras (1.127 observações anuais) (Tabela 1, painel C). O conjunto total de empresas apresenta uma média de 8,96% de receita líquida destinada a RSC. Uma análise inicial mostra que a ação social interna (IINT) é claramente a mais intensa no Brasil. Para essa vertente da RSC, a empresa brasileira destina 7,29% da receita líquida, enquanto a ação social externa e a ambiental ficam com 0,6% e 0,55%, respectivamente. Esta análise preliminar também aponta uma média de RSC mais elevada para o setor bancário (12,6%) em relação às empresas dos demais setores (8,73%).

**Tabela 1 - Estatísticas descritivas dos índices de RSC**

<b>Painel A - Todas as empresas</b>							
Indicador de RSC	N. observ.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Mínimo	Máximo
IDSC	1199	0,0896	0,0693	0,0665	0,7425	0,0018	0,2652
IINT	1199	0,0729	0,0575	0,0526	0,7214	0,0018	0,2033
IEXT	1199	0,0060	0,0013	0,0126	2,1110	0,0000	0,0523
IAMB	1199	0,0055	0,0006	0,0108	1,9665	0,0000	0,0424
<b>Painel B - Empresas do Setor Bancário</b>							
Indicador de RSC	N. observ.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Mínimo	Máximo
IDSC	72	0,1260	0,1143	0,0759	0,6023	0,0073	0,2652
IINT	72	0,1150	0,1020	0,0648	0,5634	0,0057	0,2033
IEXT	72	0,0068	0,0037	0,0092	1,3532	0,0000	0,0523
IAMB	72	0,0005	0,0000	0,0012	2,5849	0,0000	0,0064
<b>Painel C - Empresas de Setor Não Bancário</b>							
Indicador de RSC	N. observ.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Mínimo	Máximo
IDSC	1127	0,0873	0,0688	0,0652	0,7474	0,0018	0,2652
IINT	1127	0,0702	0,0555	0,0505	0,7202	0,0018	0,2033
IEXT	1127	0,0059	0,0012	0,0128	2,1612	0,0000	0,0523
IAMB	1127	0,0058	0,0007	0,0111	1,9005	0,0000	0,0424

Nota: IDSC = Índice de RSC total. IINT = Índice de Ação Social Interna.

IEXT = Índice de Ação Social Externa. IAMB = Índice de Ação Ambiental



Uma análise comparativa destes indicadores de RSC entre empresas do setor bancário e empresas dos demais setores permite avaliar se realmente o setor bancário tem mais intensa RSC que os demais, conforme proposto em nossa hipótese de pesquisa. A comparação de médias, apresentada na Tabela 2, mostra que, de fato, o setor bancário apresenta mais elevada RSC. A ação social global (IDSC) apresenta média estatisticamente superior. O mesmo ocorre com as ações interna (IINT) e externa (IEXT).

**Tabela 2 - Comparação das médias de Bancos e demais setores**

Variável	Bancos		Outras empresas		
	N	Média	N	Média	Valor-p
IDSC	72	0,1260	1127	0,0873	0,0000
IINT	72	0,1150	1127	0,7018	0,0000
IEXT	72	0,0068	1127	0,0059	0,2892
IAMB	72	0,0005	1127	0,0058	0,0000

Nota: IDSC = Índice de RSC total. IINT = Índice de Ação Social Interna. IEXT = Índice de Ação Social Externa. IAMB = Índice de Ação Ambiental Fonte: elaborada pelos autores.

A RSC interna, de acordo com o modelo do IBASE, incorpora gastos com alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e saúde no trabalho, na educação, na cultura, na capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, e na participação nos lucros ou resultados. Os bancos parecem ter mais potencial para atuação nesta vertente social com uma média de 11,5%, que é estatisticamente superior aos 7,02% das empresas de outros setores. Pode ser que os bancos aproveitem seu potencial de prestação de serviços nesse setor, como seria o caso de serviços de previdência privada, que eles são provedores. Uma análise detalhada mostra que há uma tendência de todas as empresas terem plano de previdência privada para seus funcionários. Todos os bancos da amostra oferecem este serviço a todos os seus funcionários. Nos outros setores, este número atinge 90%, sendo nas demais 10% este serviço oferecido a somente direção e/ou gerência.

Além da comparação de média de RSC entre grupos de empresas, a verificação do efeito setorial sobre o nível de RSC da empresa brasileira permite avaliar este efeito conjuntamente com um elenco de variáveis de controle apontadas pela literatura como capazes de influenciar na RSC.

A Tabela 3 apresenta as estimações do modelo da equação (1) e mostram um efeito positivo do setor bancário, aproximado pela *dummy* de setor bancário (DSBCO), sobre a intensidade de RSC total (IDSC) (Tabela 3, coluna i). O efeito positivo é o mesmo ao estimar-se o modelo, tendo-se a RSC interna (IINT) (Tabela 3, coluna ii) e a externa (IEXT) (Tabela 3, coluna iii) como variáveis dependentes.

**Tabela 3 - Regressão Múltipla sem endividamento**

Variáveis	(i) Variável dependente: IDSC		(ii) Variável dependente: IINT		(iii) Variável dependente: IEXT		(iv) Variável dependente: IAMB	
	Coef.	valor-p	Coef.	valor-p	Coef.	valor-p	Coef.	valor-p
DSBCO	0,0688	0,0000 ***	0,0623	0,0000 ***	0,0058	0,0250 **	-0,0038	0,0750 *
ROA	0,0224	0,6070	0,0084	0,8010	0,0052	0,6350	-0,0014	0,8270
OPCRESC	-0,0071	0,0810 *	-0,0018	0,5500	-0,0024	0,0370 **	-0,0006	0,3040
TAM	-0,0017	0,4360	-0,0009	0,5870	-0,0002	0,5660	0,0005	0,2740
Constante	0,1285	0,0000 ***	0,0723	0,0060 ***	0,0341	0,0020 ***	0,0037	0,7330
N. observ.	354		354		354		354	
F	5,28		7,19		5,12		5,36	
Valor-p	0,000		0,000		0,000		0,000	
R2	0,232		0,3657		0,3048		0,1659	

IDSC = Índice de RSC total. IINT = Índice de Ação Social Interna. IEXT = Índice de Ação Social Externa. IAMB = Índice de Ação Ambiental. Coeficientes e erros estimados com robustez a heteroscedasticidade

\*, \*\* e \*\*\* indicam nível de significância 10, 5 e 1% respectivamente.

Fonte: elaborada pelos autores.

A Tabela 4 contém resultados das estimações do modelo da equação (2), que incorpora a variável endividamento (ENDIV). Estes resultados confirmam os resultados do modelo (1), mostrando também um efeito positivo de empresas do setor bancário (DSBCO) sobre a intensidade de RSC total (IDSC) (Tabela 4, coluna i), como também sobre o nível de RSC interna (IINT) (Tabela 4, coluna ii) e de RSC externa (IEXT) (Tabela 4, coluna iii).

**Tabela 4 - Regressão Múltipla incluindo endividamento**

Variáveis	(i)		(ii)		(iii)		(iv)	
	Variável dependente:		Variável dependente:		Variável dependente:		Variável dependente:	
	IDSC		IINT		IEXT		IAMB	
	Coef.	valor-p	Coef.	valor-p	Coef.	valor-p	Coef.	valor-p
DSBCO	0,0672	0,0000***	0,0611	0,0000***	0,0056	0,0400**	-0,0038	0,0730 *
ROA	-0,0410	0,3830	-0,0406	0,2540	-0,0034	0,7950	-0,0022	0,7480
OPCRESC	-0,0037	0,3720	0,0009	0,7800	-0,0019	0,0970*	-0,0005	0,3630
TAM	-0,0036	0,1290	-0,0024	0,1850	-0,0005	0,2610	0,0004	0,3300
ENDIV	-0,0714	0,0000***	-0,0552	0,0000***	-0,0097	0,0440**	-0,0010	0,7550
Constante	0,1681	0,0000***	0,1029	0,0000***	0,0395	0,0010***	0,0042	0,7040
N. observ.	354		354		354		354	
F	5,38		8,72		4,9		5,08	
Valor-p	0		0		0		0	
R2	0,2666		0,396		0,3138		0,166	

Nota: IDSC = Índice de RSC total. IINT = Índice de Ação Social Interna. IEXT = Índice de Ação Social

Externa. IAMB = Índice de Ação Ambiental. Coeficientes e erros estimados com robustez a heteroscedasticidade

\*, \*\* e \*\*\* indicam nível de significância 10, 5 e 1% respectivamente

Fonte: Elaboração própria

O efeito positivo do setor bancário detectado nas estimações está na mesma linha dos resultados da comparação de médias de intensidade de RSC e dá suporte para a aceitação da hipótese de pesquisa proposta. De fato, bancos parecem ter mais intensa RSC que outros setores. As médias de RSC total (IDSC), bem como de RSC interna (IINT) e externa (IEXT), são superiores para o setor bancário. As estimações dos modelos de regressão linear confirmaram o efeito positivo da variável *dummy* de setor bancário também sobre a RSC total (IDSC) e sobre a RSC interna (IINT) e externa (IEXT). A exceção é referente à atividade social ambiental. Nessa vertente de ação social, os bancos têm realmente média de RSC (IAMB) inferior, e o efeito da *dummy* setorial passou a negativo (Tabelas 3 e 4, coluna iv), sendo significativo no nível de 10%. Peculiaridades do setor bancário, caracterizado por prestação de serviços, sem uso intensivo de matérias-primas extraídas da natureza, e não sendo um gerador de resíduos tóxicos, o faz menos potencialmente agressivo ao meio ambiente. Esta realidade deve ser a responsável por menos intensidade nesta vertente de ação social, que deve ser a prioridade de setores com potencial poluidor que são forçados a ter esta área de ação social como mais prioritária (CRISÓSTOMO; SOUZA; PARENTE, 2011).

Além do principal resultado relativo ao efeito positivo do setor bancário, merece menção o efeito negativo do endividamento sobre a RSC total (IDSC) (Tabelas 3 e 4; coluna i), bem como sobre a RSC interna (IINT) (Tabelas 3 e 4; coluna ii) e externa (IEXT) (Tabelas 3 e 4; coluna iii) como possível efeito da redução da folga financeira face aos serviços da dívida. Além disso, as oportunidades de crescimento (OPCRESC) apresentam um efeito negativo sobre a RSC (Tabela 3, coluna i), indicando que as empresas podem estar priorizando a maximização dessas oportunidades de crescimento em detrimento de ações de RSC. Essa possibilidade ganha reforço ao se verificar que a ação social externa está inversamente relacionada com as oportunidades de crescimento (Tabelas 3 e 4, coluna iii), considerando-se que a ação externa seria aquela cujos *stakeholders* beneficiários teriam menos poder de pressão e, portanto, seria a mais facilmente reduzida por parte da empresa.

## 5. Conclusões

Este trabalho fez uma análise da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) da empresa brasileira apresentando uma comparação entre o setor bancário e empresas de outros setores. A motivação da análise comparativa se deve ao fato de que o setor bancário tem sido motivado, internacionalmente, a empreender ações sociais, notadamente no que se refere à ação social de beneficiários de doações e empréstimos em países subdesenvolvidos a partir dos “Princípios do Equador”. No Brasil, a FEBRABAN, motivada por ações internacionais e de dentro do próprio país, criou, em 2002, a Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade para promover a adequação das instituições financeiras brasileiras aos princípios do *Global Report Initiative* (GRI), o que significa um estímulo à RSC do setor.

A análise da RSC da empresa brasileira, a partir de dados dos Balanços Sociais do IBASE, mostrou que, de fato, a RSC do setor bancário apresenta índices superiores ao de outros setores. Esta realidade foi verificada para a RSC total e para as vertentes de ação social interna e externa. No entanto, o quadro inverte-se ao se analisar a ação social ambiental na qual os outros setores mostraram-se mais fortes. Ao se estimar modelos econométricos nos quais figuram a RSC como explicada por diversos fatores determinantes apontados pela literatura, a variável indicativa de setor bancário apresentou efeito positivo sobre a RSC. Este efeito positivo foi observado para a RSC total e as vertentes de ação social interna e externa, havendo uma inversão para um efeito negativo no referente à ação ambiental. O potencial poluidor de outros setores, provavelmente, é o responsável pela maior prioridade de ações ambientais em comparação com o setor bancário, que pouco investe nesta vertente de ação social.

Como um todo, o setor bancário tem, de fato, uma predominância da responsabilidade social total, interna e externa comparativamente aos demais setores. Este resultado pode ser consequência de ações do setor no sentido de estimular os bancos a empreender ação social como além das preocupações ligadas à fiscalização da destinação de recursos doa-

dos e/ou emprestados como tem sido feito em âmbito internacional. Nesse sentido, iniciativas da *International Finance Corporation*, em esfera internacional, e da FEBRABAN, no Brasil, parecem de fato estar servindo de estímulo à ação social no setor bancário.

## Referências

- BARON, D. P.; HARJOTO, M. A.; JO, H. *The Economics and Politics of Corporate Social Performance*. Stanford University Graduate School of Business Research Paper No. 1993. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1202390> (April 21, 2009), 2009.
- BRAVO, R.; MATUTE, J.; PINA, J. M. Corporate Social Responsibility as a Vehicle to Reveal the Corporate Identity: A Study Focused on the Websites of Spanish Financial Entities. *Journal of Business Ethics*, v. 107, n. 2, p. 129-146, 2012.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.
- \_\_\_\_\_. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.
- COCHRAN, P. L. The evolution of corporate social responsibility. *Business Horizons*, v. 50, n. 6, p. 449-454, 2007.
- CORAZZA, R. I. Tecnologia e meio ambiente no debate sobre os limites do crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen. *Revista Economia (ANPEC)*, v. 6, n. 2, p. 435-461, 2005.
- CORPORATE RESPONSIBILITY COALITION. *A Big Deal? Corporate Social Responsibility and the Finance Sector in Europe*. Action Aid, Amenesty International, CAFOD, Christian Aid, The Corner House, Friends of the Earth, Global Witness, New Economics Foundation, Tax Justice Network, WWF. 2005
- CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. D. S.; VASCONCELLOS, F. C. Corporate Social Responsibility, Firm Value and Financial Performance in Brazil. *Social Responsibility Journal*, v. 7, n. 2, p. 295-309, 2011.

CRISÓSTOMO, V. L.; LÓPEZ-ITURRIAGA, F. J. Financiamiento de la inversión y las imperfecciones del mercado. *Información Financiera, Gerencia y Control*, v. 1, n. 3, p. 11-48, 2011.

CRISÓSTOMO, V. L.; SOUZA, J. L.; PARENTE, P. H. N. Responsabilidade social ambiental empresarial no Brasil e a Lei 10.165/2000. *VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão - Gestão de Riscos para a Sustentabilidade*. Rio de Janeiro, 2011.

DAHLSTRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2008.

DAY, R.; WOODWARD, T. CSR reporting and the UK financial services sector. *Journal of Applied Accounting Research*, v. 10, n. 3, p. 159-175, 2009.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *The Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.

DOWELL, G.; HART, S.; YEUNG, B. Do corporate global environmental standards create or destroy market value? *Management Science*, v. 46, n. 8, p. 1059-1074, 2000.

FREEMAN, R. E. Divergent stakeholder theory. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 2, p. 233-236, 1999.

\_\_\_\_\_. Business Ethics at the Millenium. *Business Ethics Quarterly*, v. 10, n. 1, p. 169-180, 2000.

FREEMAN, R. E.; PHILLIPS, R. A. Stakeholder Theory: A Libertarian Defense. *Business Ethics Quarterly*, v. 12, n. 3, p. 331-349, 2002.

FREEMAN, R. E.; WICKS, A. C.; PARMAR, B. Stakeholder Theory and “The Corporate Objective Revisited”. *Organization Science*, v. 15, n. 3, p. 364–369, 2004.

FREY, M. R.; SILVEIRA FILHO, U. Análise das Ações Sociais das Empresas Detentoras do Selo IBASE/Betinho - 2000. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 14, n. 2, p. 9-28, 2003.

GOMES, R. G.; SOUZA, R. B. D. L. BALANÇO SOCIAL: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS E AMBIENTAIS DO BANRISUL (2005-2007). *ConTexto*, v. 10, n. 18, p. 18-33, 2010.

GOSS, A.; ROBERTS, G. S. The impact of corporate social responsibility on the cost of bank loans. *Journal of Banking & Finance*, v. 35, n. 7, p. 1794-1810, 2011.

GRIFFIN, J. J.; MAHON, J. F. The corporate social performance and corporate financial performance debate: Twenty-five years of incomparable research. *Business and Society Review*, v. 36, n. 1, p. 5-31, 1997.

GUIMARÃES FILHO, A. D. J.; GOMES, E. R. Impactos Internos das Várias Formas Organizacionais de Atuação em Responsabilidade Social Corporativa nos Grandes Bancos no Brasil. *Revista ADMpg Gestão Estratégica*, v. 3, n. 1, p. 73-81, 2010.

HUSTED, B. W.; ALLEN, D. B. Strategic Corporate Social Responsibility and Value Creation among Large Firms: Lessons from the Spanish Experience. *Long Range Planning*, v. 40, n. 6, p. 594-610, 2007.

IBASE. *Balanco social, dez anos: o desafio da transparência*. Rio de Janeiro, 2008.

IGARASHI, D. C. C. *et al.* Análise do alinhamento entre o balanço social e o relatório de sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil. *ConTexto*, v. 10, n. 18 p. 34-48, 2010.

ISO\_26000. Diretrizes sobre Responsabilidade Social (Tradução livre do ISO/TMB WG SR N 172). *MINUTA DE NORMA INTERNACIONAL*. Genebra/Suíça: Internacional Organization for Standardization (Secretaria TMB/WG SR), 2009.

JAMALI, D. A Stakeholder Approach to Corporate Social Responsibility: A Fresh Perspective into Theory and Practice. *Journal of Business Ethics*, v. 82, p. 213–231, 2008.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Cost and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

LEVINE, R. Bank-Based or Market-Based Financial Systems: Which is Better? *Journal of Financial Intermediation*, v. 11, n. 4, p. 398-428, 2002.

MACHADO FILHO, C. A. P.; ZYLBERSZTAJN, D. Capital reputacional e responsabilidade social: considerações teóricas. *Caderno de Pesquisas em Administração*, v. 11, n. 2, p. 87-98, 2004.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; SANTOS, A. D. A relação entre o setor econômico e investimentos sociais e ambientais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 13, n. 3, p. 102-115, 2010.

MARGOLIS, J. D.; WALSH, J. P. Misery loves companies: rethinking social initiatives by business. *Administrative Science Quarterly*, v. 48, n. 2, p. 268-305, 2003.



MARQUES, V. D. L.; HACON, S.; VINHA, V. Os Princípios do Equador e o sistema financeiro brasileiro. *VIII Engema - Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, 2005.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. S. Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. *The Academy of Management Review*, v. 26, n. 1, p. 117-127, 2001.

MEADOWS, D. H. *et al.* *The Limits to Growth*. Universe Books, 1972.

MOTTA, R. D. R.; PAIVA, L. F. Estudo para inclusão da dimensão social à financeira e ambiental na análise de risco para concessão de crédito. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO - GESTÃO DE RISCOS PARA A SUSTENTABILIDADE. Rio de Janeiro, 2011a.

\_\_\_\_\_. Introdução do risco ambiental na avaliação do risco financeiro de pedidos de financiamento submetidos a um banco de desenvolvimento. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO - GESTÃO DE RISCOS PARA A SUSTENTABILIDADE. Rio de Janeiro, 2011b.

ORLITZKY, M.; SCHMIDT, F. L.; RYNES, S. L. Corporate social and financial performance: A meta-analysis. *Organization Studies*, v. 24, n. 3, p. 403-441, 2003.

PÉREZ, A.; DEL BOSQUE, I. R. The Role of CSR in the Corporate Identity of Banking Service Providers. *Journal of Business Ethics*, v. 108, p. 145-166, 2012.

REIS, C. N. D.; MEDEIROS, L. E. *Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: Atlas, 2007.

SURROCA, J.; TRIBÓ, J. A.; WADDOCK, S. A. Corporate responsibility and financial performance: the role of intangible resources. *Strategic Management Journal*, v. 31, n. 5, p. 463-490, 2010.

TILLING, M. V.; TILT, C. A. The edge of legitimacy: voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 23, p. 55-81, 2010.

ULLMAN, A. A. Data in search of a theory: A critical examination of the relationships among social performance, social disclosure, and economic performance of US firms. *Academy of Management Review*, v. 10, n. 3, p. 540-557, 1985.

VENTURA, E. C. F. *Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias*. (2005). Tese de Doutorado (Dr) - ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS (EBAPE), Fundação Getúlio Vargas (ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS - EBAPE), Rio de Janeiro, 2005.

VILLALONGA, B.; AMIT, R. How do family ownership, control and management affect firm value? *Journal of Financial Economics*, v. 80, n. 2, p. 385-417, 2006.

WADDOCK, S. A.; GRAVES, S. B. The corporate social performance-financial performance link. *Strategic Management Journal*, v. 18, n. 4, p. 303-319, 1997.